

FORMAÇÃO DOCENTE PARA POSSÍVEIS CASOS DE ABUSO SEXUAL

NAÍSSA NÁTILA MARINHO GOMES – naissa.natyla@hotmail.com

XÊNIA CRISTINA VENÂNCIO CARDOSO – xeniavenancio@gmail.com

RESUMO

Atualmente verifica-se um aumento dos casos de abuso sexual mostrados pela mídia e, apesar de não ser algo novo, a sua divulgação é maior nesse momento. Em sua grande maioria, estes casos, ocorrem em idade escolar. Assim, os objetivos deste trabalho são: pesquisar a existência de alguma legislação sobre a relação escola-aluno vítima de abuso sexual; analisar o comportamento da vítima de abuso sexual; verificar atitude dos professores em relação à vítima de abuso sexual; constatar se há algum tipo de prevenção no ambiente escolar, quanto ao abuso sexual. Essa pesquisa foi pautada em pesquisas bibliográficas a partir de trabalhos acadêmicos como teses, artigos, livros, dissertações com destaque para autores como Freire (2016). Será utilizado como fonte de coletas de dados: pesquisa documental, observação do comportamento das vítimas de abuso sexual, que será realizada em escola pública e privada e também aplicação de questionários com a equipe docente das instituições. Segundo a análise dos questionários, foi concluído que não há formação adequada para os professores lidarem com casos de abuso sexual e após a observação de algumas vítimas a conclusão é de que o abuso deixa sequelas irreparáveis.

Palavras-Chave: Abuso sexual; Educação Sexual; Formação Docente.

INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos, a mídia mostra muitos casos de abuso sexual, apesar de não ser um assunto atual, a sua divulgação é maior neste momento. Em sua grande maioria, estes casos ocorrem em idade escolar, podendo ocorrer até dentro da escola. Neste contexto, a escola tem papel muito importante, já que é um dos lugares no qual crianças e adolescentes passam a maior parte do seu tempo, mas verifica-se que a equipe docente não está preparada para reconhecer e dar apoio aos que sofrem abusos.

Assim foram delineados os seguintes objetivos: analisar a atuação do professor em casos de vítima de abuso sexual sofrido dentro e fora do ambiente escolar; pesquisar se existe alguma legislação relacionada à relação escola-alunos vítimas de abuso sexual; analisar o comportamento da vítima de abuso sexual; verificar a atitude dos professores em relação à vítima de abuso sexual; constatar se há algum tipo de prevenção no ambiente escolar quanto ao abuso sexual.

Faculdade Católica de Anápolis - Rua 05, 580 - Cidade Jardim, Anápolis - GO, 75080-730 Telefone: (62) 3328-8900

Licenciatura em Pedagogia: Trabalho de Conclusão de Curso II – 2019/2

Orientação: Prof^o Me. Renato Antônio Ribeiro



A importância deste projeto é ter uma visão de ações que promovam possibilidade de atuação da equipe docente, com bases em leis, pesquisas e discussões referentes a casos de abuso sexual. Ele trará a importância do docente em saber identificar sinais de abuso sexual sofrido pelo estudante. Este trabalho tem relevância tanto para a escola, quanto para os familiares, pois quanto mais rápido o abuso for identificado, melhor será para a vítima.

Assim sendo, são apresentadas as seguintes questões investigativas: Por que a sexualidade ainda é um tabu dentro das escolas? Qual a importância do educador para prevenção e denúncia do abuso sexual? Como intervir em casos de vítimas de abuso sexual?

Para o desenvolvimento do trabalho foram feitas pesquisas bibliográficas pautando-se em trabalhos acadêmicos, como teses, artigos, dissertações, livros e também por pesquisa documental. Como pesquisa de campo foram feitas observações em uma instituição da rede pública e aplicação de questionário a equipe docente em escola pública e privada, da Educação Infantil ao Ensino Fundamental II e aplicação de questionário.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Educação Sexual no contexto escolar

A sexualidade se manifesta desde o nascimento do indivíduo, por isso é importante que seja trabalhada em todas as etapas, apesar de ainda ser um tabu. Discutindo fatores afetivos, sociais e biológicos, respeitando a fase em que ele se encontra, para que alguns males sejam evitados.

Na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o estudo da sexualidade é retratado apenas no 8º ano, junto com os mecanismos reprodutivos:

(EF08CI08) Analisar e explicar as transformações que ocorrem na puberdade considerando a atuação dos hormônios sexuais e do sistema nervoso. (EF08CI09) Comparar o modo de ação e a eficácia dos diversos métodos contraceptivos e justificar a necessidade de compartilhar a responsabilidade na escolha e na utilização do método mais adequado à prevenção da gravidez precoce e indesejada e de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST). (EF08CI10) Identificar os principais sintomas, modos de transmissão e tratamento de algumas DST (com ênfase na AIDS), e discutir estratégias e métodos de prevenção. (EF08CI11) Selecionar argumentos que evidenciem as múltiplas dimensões da sexualidade humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética) (BRASIL, 2018, p. 349).

Trabalhar Educação Sexual apenas no final da segunda fase do Ensino Fundamental é um retrocesso na educação, é fingir que antes da adolescência não enfrentarão problemas relacionados à sexualidade, como o abuso sexual. Ser uma realidade distante do currículo não



impede que o professor trabalhe por conta própria desde a Educação Infantil, pois apesar de ser dever dos pais tratar deste assunto, a maioria dos casos de abuso sexual ocorre em relações intrafamiliar, tornando uma necessidade de ser trabalhado no ambiente escolar. Porém, devido à imprevisibilidade do assunto, a possibilidade de gerar sentimentos variados, dúvidas difíceis de serem explicadas, provocam certas aversões e os educadores acabam evitando falar sobre sexualidade.

O conceito de violência sexual no sentido jurídico orienta-se para enquadrar como tal todo ato ou jogo sexual cujo agressor tenha algum poder de dominação físico, social ou intelectual sobre a vítima, conseguindo seus fins por meio de pressão. Tais práticas são impostas por meio de jogo emocional, violência física, ameaças ou indução de sua vontade, podendo variar na prática sem ou com contato sexual, além de se enfatizar assimetrias nas relações (BRINO, 2006, p. 10).

Os professores constantemente não conversam com os alunos sobre essa temática pela falta de informação, por não terem uma base mais concreta sobre esse assunto. A educação sexual, por sua vez, consiste no direito de toda pessoa de receber as informações sobre o corpo, a sexualidade e o relacionamento sexual, assim como, de expressar sentimentos, rever tabus, refletir e debater valores sobre tudo que está ligado ao sexo. Portanto, o papel da educação sexual formal na escola ultrapassa o ensino de conteúdos de biologia e fisiologia da sexualidade (FIGUEIRÓ, 2006, 2009).

De acordo com Louro (1997) a sexualidade na escola independe da existência de uma disciplina de educação sexual, pois ela se expressa independentemente dos discursos em cada sujeito. Neste processo, o professor tem o papel de formar, informar, argumentar, especular, estimular e reflexionar sobre vários temas, tanto como possibilitar um maior conhecimento do aluno a respeito das diferenças e valores.

O trabalho de Educação Sexual contribui para a precaução de problemas como o abuso sexual. As informações dadas sensatamente para os alunos sobre o conhecimento de si próprios e da observação sobre a própria sexualidade aumentam o conhecimento sobre os devidos cuidados que devem tomar na trajetória da sua vida. Pode-se afirmar que a fixação sobre o assunto de Orientação Sexual nas instituições reforça o bem-estar das crianças e jovens no aprendizado e conhecimento da sua sexualidade presente e futura.

A orientação sexual nas escolas é compreendida como abrir leques sobre o determinado assunto, ampliando e mostrando outras visões ao educando, fazendo com que o aluno tenha o próprio conhecimento sobre suas escolhas. Diferentes temáticas devem ser trabalhadas nas escolas sobre a orientação sexual, sendo assim dentro dos limites das ações



pedagógicas, deve conter informações da parte da escola sobre os preconceitos e os tabus, atitudes e crenças dentro da sociedade, fazendo reflexão e interação sobre essa área entre o professor e o aluno, pois transmitindo valores com relação à sexualidade no cotidiano, faz com que o professor possa responder às curiosidades trazidas pelos próprios alunos. Mas a realidade é diferente, na maioria das instituições este assunto é fechado e pouco comentando diante as salas de aula.

Em 1996, foi acatada a terceira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que deu origem aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) (BRASIL, 1998), publicados em 1998, tendo como objetivo a orientação nas escolas em sua reformulação de propostas pedagógicas, planejando a melhoria das práticas e a ligação dos investimentos no sistema educacional brasileiro.

No contexto atual, a inserção no mundo do trabalho e do consumo, o cuidado com o próprio corpo e com a saúde, passando pela educação sexual, e a preservação do meio ambiente são temas que ganham um novo estatuto, num universo em que os referenciais tradicionais, a partir dos quais eram vistos como questões locais ou individuais, já não dão conta da dimensão nacional e até mesmo internacional que tais temas assumem, justificando, portanto, sua consideração. Nesse sentido, é papel preponderante da escola propiciar o domínio dos recursos capazes de levar à discussão dessas formas e sua utilização crítica na perspectiva da participação social e política (BRASIL, 1997, P.27).

Há uma orientação quanto à sexualidade nos PCN que se organizam e visam a abordagem com o tema da sexualidade no ambiente escolar, tendo como objetivo a orientação sexual e a contribuição para que os alunos possam entender sobre sexualidade e saúde com responsabilidade, tendo como foco a ser trabalhado o tema transversal, passando por todas as disciplinas, proporcionando uma visão ampla de sexualidade.

O Abuso Sexual No Contexto Escolar

Freire (2016) afirmava que crianças que sofrem abusos podem apresentar algumas evidências físicas, tais agressões podem ser formas de intimidação ou fonte de prazer do abusador, às vezes aparecem como hematomas, queimaduras de cigarro, fraturas, etc. Talvez a lesão mais frequente seja na mucosa anal, que pode causar infecções e/ou perda involuntária de fezes.

Outros sintomas que identificam vítimas que sofrem abuso sexual seriam: não voltar para casa ou até mesmo fugir após a escola, evitar o envolvimento com outras pessoas e também desenvolver fobias, etc.



Além disso, a criança também pode não revelar o abuso por medo do agressor ou por pensar que os adultos não acreditarão nela frente à palavra de outro adulto que, em geral, é de “confiança”. Em alguns casos, na medida em que a vítima se aproxima da puberdade, pode ser acusada até mesmo de “sedução” (FREIRE, 2016, p.45).

Segundo o Ministério da Saúde, entre 2011 e 2017, o Brasil teve um aumento de 83% nas notificações gerais de violências sexuais contra crianças e adolescentes, no período foram notificados 184.524 casos de violência sexual, sendo 58.037 (31,5%) contra crianças e 83.068 (45,0%) contra adolescentes (BRASIL, 2018).

Em 2017, o Disque-Denúncia do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (Disque 100) registrou 84.049 denúncias de violações de direitos de crianças e adolescentes, sendo 22.324 casos de violência sexual, ou seja, quase 27% dos casos registrados (BRASIL, 2018).

Compreender e analisar os efeitos do abuso sexual infantil para a vítima não é um trabalho fácil. As suas consequências podem variar sobre a saúde física e psicológica, podendo causar problemas sérios em relações sociais e afetivas das vítimas para a vida toda, podendo deixá-las com dificuldade de se relacionar e confiar em outras pessoas.

A maioria dos pesquisadores concorda que o abuso sexual infantil é facilitador para o aparecimento de psicopatologias graves, prejudicando a evolução psicológica, afetiva e social da vítima. Os efeitos do abuso na infância podem se manifestar de várias maneiras, em qualquer idade da vida (ROMARO; CAPITÃO, 2007, p. 151).

O papel da escola na prevenção do abuso sexual é de fato muito importante, pois é um local de produção de conhecimentos, dentro das instituições temos que tratar todos os tipos de assuntos, é preciso instruir as crianças que algumas atitudes não podem ser aceitas diante dos adultos. A criança pode demorar a entender de fato que pode estar nesta situação. A melhor prevenção sobre o abuso sexual vem das informações, podendo ser feita mediação diante dos alunos sobre os seus direitos, sobre o tipo de toque que está errado, etc. O professor deve estar sempre atento ao comportamento dos discentes, tendo paciência e atenção redobrada às crianças que sofrem tal violência, possuindo cuidado e sensibilidade ao ouvi-las, pois ela pode ter confiança em contar o trauma vivido ao professor. A atitude do docente em relação a essa situação é explicar à vítima que esse tipo de comportamento não pode acontecer e acalmá-la, propondo resolver juntos este problema. O regente deve avisar à coordenação da escola sobre o caso e juntos proporcionar uma solução.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) mostra que eles têm direito à proteção, à vida e à saúde, em condições dignas de existência, garantindo medidas de proteção



que podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, quando os seus direitos são ameaçados ou violados, além de ser obrigação da escola comunicar ao Conselho Tutelar alguns casos anormais, como prescritos na legislação.

Art. 56. Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de:

- I** - maus-tratos envolvendo seus alunos;
- II** - reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares;
- III** - elevados níveis de repetência.

Art. 98. As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados:

- I** - por ação ou omissão da sociedade ou do Estado;
- II** - por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável;
- III** - em razão de sua conduta (BRASI, 2019).

A escola é um local apropriado para caso de intervenção de abuso sexual, pois é a detecção dos casos é mais simples, orientação e encaminhamento, apoiando a criança que é abusada sexualmente, com o papel de acompanhá-la e orientá-la durante a sua estadia na instituição.

A instituição deve ser aberta em falar sobre o abuso sexual, tanto com professores quanto com os responsáveis, auxiliam demais o processo do mediador em relação aos casos. Programas de educação sexual dentro do ambiente escolar é uma boa maneira para a melhor solução desses casos, também fazendo com que o aluno aprenda sobre a sexualidade e saiba como tratar e com quem conversar caso esteja passando por abuso sexual.

Assim como é importante que professores tenham capacitação para entender e prevenir o abuso sexual infantil, é também de suma importância que esses mesmos professores sejam devidamente instruídos para reconhecer sinais de abuso sexual em crianças, pois quanto mais cedo o problema é identificado, menores as chances do sofrimento da vítima aumentar e maior a certeza de que ela receba a ajuda necessária (SHAFFER, 2005).

Professores que reconhecem os sinais do abuso precisam também conhecer a maneira correta de relatar o fato aos órgãos legais cabíveis e às instituições apropriadas de proteção à criança e ao adolescente (SHAFFER, 2005). Por se um tema complicado e reservado, o professor deve tratar o caso junto com a coordenação escolar, levando ao local próprio para esses casos serem resolvidos com mais eficiência. Vale ressaltar que para certamente acontecer todo esse processo, toda a equipe escolar, junto com o professor, esteja adequadamente qualificada diante ao assunto tratado.

A formação do professor no contexto da Educação Sexual e do Abuso Sexual



Segundo Brino e Williams (2003, p.115) “a escola deve ter como objetivo garantir a qualidade de vida de sua clientela, bem como promover a cidadania, urge capacitar professores para enfrentarem a difícil questão do abuso sexual infantil”.

Em virtude da acessibilidade dos professores às crianças, de serem melhores instrutores do que outros profissionais que lidam com elas e pelo fato de permanecerem pelo menos um ano com a mesma criança, educadores podem ser capacitados a serem instrutores de identificação e estratégias de intervenção com crianças vítimas de abuso. (KLEEMEIER; WEBB; HAZZARD, 1988).

Além disso, o docente continua o envolvimento com a criança, sendo seu intermediador diante desse processo. Porém os casos são diferentes, a média de crianças abusadas sexualmente está cada vez maior e o primeiro contato sexual com a vítima até a revelação pode ocorrer com muito tempo. Crianças com a faixa etária de até seis anos de idade, têm mais dificuldade de expressar o caso, pois não tem condições verbais e cognitivas, necessárias para pronunciar a violência e recordações dos acontecimentos.

Para Cantelmo (2010) é muito difícil para a vítima falar sobre o abuso, muitas vezes por sua pouca idade para expressar verbalmente sua experiência, por não identificar o ato como abuso, por sofrerem ameaças ou mesmo para proteger os abusadores ou a família. Muitas crianças temem que outras pessoas não acreditarão, que serão julgadas como culpadas ou serão punidas.

Segundo Freire (2016, p. 46) “o professor é figura fundamental no rompimento do pacto de silêncio que envolve a violência sexual infantil, uma vez que é alguém em quem a criança confia e tem acesso constante”. Infere-se que, pelo convívio constante, o docente tenha maior possibilidade de perceber os sinais que a criança ou adolescente transmite consciente ou inconscientemente.

Atuando-se juntamente aos responsáveis pela criança e/ou à própria criança, pode-se planejar intervenções que visem à prevenção primária e/ou secundária. As mães, por exemplo, parecem ter um papel crucial na proteção das crianças do abuso sexual. Quando essas são incapazes de reconhecer a ocorrência do abuso sexual e de proteção, a criança pode se tornar mais vulnerável ao abuso. (BRINO, 2006, p. 17)

A sexualidade é preciso ser tratada como qualquer outro tema, esse processo de investigação requer um cuidado especial, pois é ali que o professor tem um contato mais próximo ao aluno, reparando suas mudanças de comportamento. Os abusos podem acontecer dentro e fora do ambiente escolar, desse modo a identificação da forma de violência tem que ser descoberta, para que isso aconteça os docentes devem estar aptos para a identificação e a



intervenção com as crianças. A prevenção só acontece, quando o professor torna capaz de conversar e mostrar os riscos e as consequências para os alunos. O professor deve vir como uma bagagem desde a sua formação inicial e seguir em sua formação continuada.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa tem abordagem qualitativa com elementos quantitativos, pautando-se inicialmente em pesquisas bibliográficas a partir de autores como Freire (2016) e Brino e Williams (2003), de trabalhos acadêmicos, como teses, artigos, dissertações e também por pesquisa documental, partindo do LDB, ECA, BNCC e demais documentos que norteiam a educação básica.

Como pesquisa de campo foram feitas observações em escolas públicas e privada, da Educação Infantil ao Ensino Fundamental II e aplicação de questionário a professores, coordenadores pedagógicos e gestores, mediante o uso de TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido), o questionário teve o intuito de entender a prática docente e sua formação inicial e continuada em relação à sexualidade, analisando se o professor já passou por situações que envolvem o abuso sexual em sua profissão, como lidou e como a escola contribuiu para prevenção e denúncia desses casos. O questionário completo com as questões está em apêndice neste trabalho.

As instituições campo são constituídas por uma pública e uma privada, suas descrições foram retiradas do PPP (Projeto Político Pedagógico), e serão identificadas neste trabalho com os seguintes códigos: Instituição A e Instituição B. A Instituição A é de uma comunidade carente, atualmente a escola conta com nove salas de aula, oito banheiros para alunos e dois para funcionários, uma cantina, um depósito de alimentos, uma sala dos professores, um laboratório de informática, uma sala de secretaria e uma quadra poliesportiva, sem cobertura. São atendidos mais de 500 educandos, com ensino oferecido do Jardim II ao 7º ano. A escola conta com uma equipe gestora de cinco membros, sendo uma Gestora, uma Coordenadora Geral, duas Coordenadoras Pedagógicas e uma Coordenadora Técnica; treze na equipe administrativa; uma para Atendimento Educacional Especializado; uma docente readaptada para a biblioteca; e vinte e sete professores regentes. A Instituição B é da rede privada, mantendo parte da primeira etapa da educação básica, contando com turmas do Berçário I ao Maternal II. As partes físicas e hierárquicas que compõem o Centro de Educação Infantil são: Direção, da Coordenação Pedagógica, da Equipe Docente, da Equipe



Multiprofissional (Pediatra, Nutricionista, Odontólogo, Psicólogo e Enfermeira), do corpo docente, dos Serviços Administrativos (Secretaria Geral, Executor Administrativo, Auxiliar de Educação), dos Auxiliares de Apoio Administrativo (Cozinha, Lactarista, Auxiliar de Cozinha, Auxiliar de Serviços Gerais e Zelador).

Para a observação, as pesquisadoras foram orientadas pela gestora, apontando dois casos na escola e as encaminhou para as turmas de 7º ano A e B para que realizasse a especulação.

Após a análise dos questionários e das observações, será feita a identificação das condutas diante de casos de abuso sexual e como a formação do professor é importante nessa etapa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Serão expostos neste tópico relatos das observações e de algumas respostas dos questionários aplicados em duas instituições, sendo uma pública e uma privada, com relação à formação docente para possíveis casos de abuso sexual. Não foram verificadas diferenças significativas entre as respostas das duas instituições, portanto não haverá separação durante o texto.

Foram 17 voluntários a responder, entre eles gestores, coordenadores e os docentes. A identificação dos envolvidos no questionário será feita por códigos: P1 ao P17. As primeiras questões do questionário abordavam questões relacionadas à faixa etária, idade e graduação. A faixa etária dos respondentes é de 20 a mais de 30 anos, contando com apenas um professor do sexo masculino. Em relação à formação acadêmica 2 possuem graduação em Pedagogia, 13 pós-graduação e 2 mestrado.

Em relação à questão nº4: “*Você já lidou com algum caso de abuso sexual? Em caso afirmativo, relate essa experiência.*” 65% responderam que não, enquanto 35% responderam que sim. Quanto às respostas afirmativas, analisamos algumas experiências.

P7: Verificamos que em uma determinada unidade de ensino da rede Estadual uma aluna sofria abusos do pai e do irmão, sendo o caso encaminhado para o conselho tutelar da cidade.

P11: Acontece que veio uma equipe da Polícia Militar palestrar sobre o tema e uma criança manifestou-se.

P17: Minha aluna do 3º ano me contou que seu vizinho ficava chamando ela para ficar no estabelecimento dele e quando ela foi ele começou a passar a mão nas partes íntimas e ela dizia que não queria. Me relatou que foi várias vezes e ele começou a ameaçá-la para não contar para ninguém.



Reafirmamos a importância da educação sexual, porque a maior parte dos casos de violência sexual ocorre de uma pessoa próxima à vítima, deste modo, é muito importante que criem formas que as ensinem a identificar e ajude a combater esse tipo de violência.

Furlanetto (2018) diz que "A educação sexual e as discussões sobre gênero e identidade não podem ser confundidas com qualquer tipo de doutrinação moral ou ideológica, mas devem estar associadas ao desenvolvimento da cidadania".

Como citado acima, na fala do P11, a aluna se manifestou após ser orientada, isso pode ocorrer porque a aluna não sabia diferenciar o abuso de um carinho ou talvez iniciar o assunto deu a liberdade para ela se expressar, as possibilidades são inúmeras, mas não deixa de mostrar que a escola tem um papel importante na hora de orientar os alunos.

Freire (2016) diz que a escola pode ser um ambiente de alto potencial para detectar o Abuso Sexual Infantil, no entanto não está preparada para lidar com a situação, devido à falta de informação sobre a identificação dos casos e como agir.

Quanto ao relatado pelos P7 e P17, mostram abusos ocorridos por pessoas próximas, neste contexto, a escola não deve deixar a sexualidade para ser orientada em casa, pois a sexualidade ainda é um tabu e as famílias evitam o assunto, com a ideia errônea de que isso irá sexualizar seu filho, além de que esses abusadores não irão ensinar suas vítimas às reconhecerem seus próprios abusos.

Em relação aos dados quantitativos, o número foi relativamente alto, mas só consta quando tiveram que trabalhar diretamente com o caso, passando por todo o processo de descoberta, denúncia e apoio à vítima. Muitos dos professores que responderam "não" realmente não lidaram com casos de abuso sexual, porém trabalham com vítimas (inclusive os que serão citados na observação).

Devemos sempre ficar atentos aos sinais de alerta da criança, fazendo investigação sobre o que pode estar vindo a acontecer com ela.

Na pergunta nº 5: "*Você conhece alguma legislação relacionada ao abuso sexual? Caso afirmativo, fale sobre elas.*", foram mencionados alguns documentos de âmbito nacional, principalmente o ECA e a Constituição Federal (art. 227).

O art. 227 da Constituição Federal mostra que é dever de todos (família, Estado e sociedade) não negligenciar aos cuidados das crianças e dos jovens e garantir os direitos ali citados, como o direito à dignidade, à liberdade e ao respeito.

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à



alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 2016, p.132).

A questão nº 6 inicia afirmando que atualmente é comum conviver com casos de abuso sexual dentro do ambiente escolar; em seguida há duas perguntas para ser respondidas.

Na primeira pergunta, “*Na escola em que você trabalha existe algum tipo de orientação quanto ao abuso sexual?*”, tivemos o “não” como resposta predominante, esta foi a única questão que houve diferença entre a instituição privada e a pública, pois apesar da maioria responder negativamente, alguns professores da instituição pública mencionaram o PROERD (Programa de Erradicação das Drogas e da Violência), que apesar de ser originalmente um programa de prevenção às drogas, também está trabalhando outros tipos de violência. Já na instituição privada é possível ver uma realidade diferente, em que, possivelmente, por receio do que os pais vão pensar e da clientela que irão perder há muita resistência. Por outro lado, na rede pública a única orientação citada é um programa do governo, então é possível ver que em relação à gestão escolar e trabalho docente não há grandes diferenças neste caso.

P4: Por ser uma entidade privada, não trabalhamos com essa orientação.

P11: Temos o Proerd (Programa de Erradicação das Drogas e da Violência). Este programa é realizado pela polícia militar e atende aos alunos dos 1º anos e 5º anos do ensino fundamental.

No eixo da prevenção fica bem clara a importância da participação da escola no enfrentamento a esta problemática, pois nele é apontado o papel da escola no trabalho de educar crianças e adolescentes sobre os seus direitos e assegurar, assim, ações preventivas contra a violência sexual, no sentido de possibilitar que as crianças e adolescentes tenham apoio e sejam protegidos com ações educativas com vista à autodefesa, à conscientização e à valorização de suas etapas de crescimento. Sugere também, o trabalho com os temas transversais, principalmente os referentes à educação afetivo-sexual (LIBORIO, CAMARGO, 2015, p.7).

Quanto à segunda pergunta, “*Qual o papel da educação sexual neste contexto?*”, é perceptível que a maioria dos professores reconhece a importância da educação sexual, apenas uma afirmou que os alunos são muito novos para tal assunto.

P4: O atendimento que realizamos é com crianças muito pequenas, 1ª fase da Educação Infantil (creche).

P6: Tem o papel preventivo de como se cuidar; respeitar o corpo e o corpo do outro.

P9: Fazer com que a criança e o adolescente entenda quando está sendo abusado, pois muitas vezes ocorre de forma sutil sem que a vítima perceba.

P15: Ensinar as crianças a se defender, orientar sobre o que é normal ou tem maldade (relação de carinho que pode ser confundido e a criança ficar em dúvida se é abuso ou não).



É inegável que trabalhar com crianças e adolescentes sobre sexualidade é uma situação complicada, o assunto é delicado e deve ser tratado com o máximo de naturalidade possível. Começando a conversar sobre o tema desde crianças, mais fácil será quando estiverem adolescentes.

Para Bailey, *apud* Furlanetto et al., 2018 “Reprimir as diferentes formas de expressão da sexualidade humana em uma sociedade não faz com que a sexualidade deixe de existir; somente a oculta.”

O conteúdo deve ser trabalhado didaticamente, respeitando a faixa etária, ou seja, a forma de trabalhar e o conteúdo passado para adolescentes não serão passados para as crianças.

Grande parte dos abusos ocorre em casa, pode ser com pessoas próximas da família e até mesmo familiares. Atualmente, o melhor lugar para se trabalhar sexualidade é a escola, pois é um ambiente onde o aluno passa muito tempo, saindo da realidade de dentro de sua casa, assim o professor poderá construir uma relação de confiança com seus alunos, facilitando o diálogo entre eles, levando a possibilidade do aluno querer se abrir com o professor.

A pergunta 7, “*Em sua formação docente existiu algum conteúdo relacionado à educação sexual?*”, teve como resposta mais frequente o “não”, além de algumas das respostas positivas estar citando apenas o estudo da sexualidade na área de Ciências, porém foram citadas duas disciplinas muito interessantes, a “Psicopatologia” e “O papel do professor dentro da sexualidade”.

P1: Sim, no curso de pedagogia que cursei, estudei uma disciplina chamada PSICOPATOLOGIA que nos falou também da educação sexual.

P2: Sim, o papel do professor dentro da sexualidade.

A Psicopatologia é uma área que tem como objetivo explicar as modificações da personalidade e do comportamento ocasionadas por sofrimento.

É possível ver dentro das escolas uma realidade complicada, de professores despreparados para lidar com uma situação tão cruel, podem ocorrer problemas como: não reconhecer os sinais, não ter preparo psicológico ou não saber qual o procedimento seguir, entre outros. Tais situações ocorrem por causa de uma formação falha para os docentes. Duas disciplinas como “Psicopatologia” e “O papel do professor dentro da sexualidade” não seria a solução, mas poderia ajudar a evoluir a situação atual.



A violência por abuso sexual é mais difícil de ser identificada por não apresentar, na maioria dos casos, marcas físicas. Se aos profissionais envolvidos com a criança fosse possibilitado acesso à capacitação continuada, a identificação de vítimas possivelmente tornar-se-ia mais fácil (BRINO, WILLIAMS, 2003).

Na formação é necessário ter o comprometimento de ensinar com respeito, transmitindo aos alunos uma reflexão sobre os conteúdos e conhecimentos adquiridos, assim será capaz de identificar, escolher, intervir construindo o seu próprio eu, tornando uma pessoa mais crítica.

A questão 8, “*Discuta como deve ser a postura do docente diante das vítimas de abuso sexual dentro e fora do ambiente.*”, é respondido que o professor deve sempre passar confiança, deve ocorrer também a comunicação com as autoridades competentes, evitar exposições da vítima dentre outras falas citadas pelos docentes.

P6: Agir de forma natural para que a criança não sinta insegura e desconfortável.

P8: Primeiro passo observar sinais da criança (triste, medo, irritada pode ser uma das causas) conversa com a suposta vítima e leva para a direção o conhecimento.

P10: Acolher com respeito a vítima, transmitir para a coordenação/direção a situação e acompanhar as providências cabíveis.

P11: Devemos ser muito discretos e sensíveis para ouvirmos a fala da criança ou até mesmo um desenho. E a partir daí buscamos acolher esta criança e “tentar” resolver este problema.

O interessante das respostas acima é a visão humana de todos, tendo uma preocupação em acolher a criança, mesmo que a maioria não saiba exatamente o que fazer. Essa sensibilidade é importante para que a criança se sinta segura, mas não anula a necessidade de aprender os procedimentos cabíveis.

Muitas vezes a escola pode identificar situações de abuso, mas toma medidas inadequadas, por exemplo, chamando a família da suposta vítima. Essa atitude poderá alertar o abusador que, por sua vez, arrumará outros meios de continuar o abuso sem ser notado.

O procedimento indicado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em caso de abuso sexual infantil, é encaminhar a criança para uma equipe de apoio multiprofissional, composta por médico, psicólogo e assistente social. O caso deve ser levado ao Conselho Tutelar e à Delegacia de Polícia da Criança e do Adolescente (DPCA). A DPCA é a instância que procede a investigação. Cumpre ressaltar que os conselhos tutelares não têm atribuições do ponto de vista investigativo, o que cabe somente à polícia. A denúncia de violências sexuais contra crianças e adolescentes pode ser feita pelo Disque Denúncia Nacional (Disque 100) (FREIRE, 2016, p.46).

Em relação à pergunta 9, “*Em sua opinião, quais são as maiores dificuldades/desafios para atuar e lidar com esses casos de abuso sexual no ambiente escolar.*”, foram citadas algumas dificuldades, como a falta de apoio, lidar com a família, falta de capacitação falta de estrutura psicológica e dificuldade de abertura por parte da vítima.

P6: Não há orientação adequada aos educadores e por enquanto não há uma disciplina específica.

P7: A omissão o medo de retaliação por parte do agressor, a falta da perspectiva por parte do agredido.

P10: Compreender até que ponto podemos invadir a intimidade do outro; ter apoio dos outros para averiguar os fatos e denunciar quando necessário; formação docente falha nesse aspecto; diálogo educacional (instituição/docente) X jurídico inexistente (em relação a esclarecimentos, informações); medo de um “mundo intolerante”.

P12: Estrutura psicológica, conhecimento para tratar com estas questões.

P16: Dificuldade em fazer com que a criança relate os fatos, atitude com o familiar e/ou responsável e como isso será resolvido.

Talvez o principal desafio seja ter coragem para enfrentar o problema e denunciar, além de tomar cuidado com a exposição da vítima.

Segundo Brino e Williams (2003), *apud* Freire (2016) “a escola se mostra como um ambiente com alto potencial de detecção do ASI [Abuso Sexual Infantil], considerando que em 85% dos casos notificados o agressor encontra-se na própria família da criança violentada sexualmente”.

Observação de vítimas de abuso sexual

Foram observados dois alunos do 7º ano durante uma semana, vítimas de abuso sexual ainda na infância, no intuito de analisar se aquela situação pode gerar consequências em longo prazo. Os alunos serão representados por códigos: A1 (7º ano A, sexo masculino) e A2. (7º ano B, sexo feminino).

O aluno A1, sofreu estupro quando criança e, conforme os relatos da diretora, o caso ocorreu nas férias e o comportamento dele mudou completamente de um semestre para o outro (fato contado pela mãe). Ele apresenta baixo desempenho escolar; está sempre tentando chamar atenção; possui comportamento arrogante; se envolve com facilidade em confusões com os demais alunos e é totalmente sem compaixão.

Antes de 2009, a lei definia estupro como “*constranger mulher à conjunção carnal, mediante violência ou grave ameaça*”, deixando implícito que apenas a mulher poderia ser a vítima deste crime, sendo o homem necessariamente o agressor. A mudança no *Código Penal Brasileiro* contribuiu para dar foco ao principal ponto do problema: a falta de consentimento para o ato sexual independentemente do sexo e do gênero da vítima ou do agressor (MASSARO et al., 2018, p.2).

A aluna A2, foi vítima de abuso sexual pelo seu padrasto no início de sua infância, essa situação foi passada para a escola pelo responsável da aluna e a diretora repassou essa informação para a realização da observação. Ela apresenta pouco foco em assuntos escolares;



possui poucas amigas; mas está sempre rodeada de meninos; gosta de chamar atenção com seu corpo; possui uma sexualidade bastante aflorada; destaca um comportamento libidinoso.

O abuso sexual caracteriza-se por qualquer ação de interesse sexual de um ou mais adultos em relação a uma criança ou adolescente, podendo ocorrer tanto no âmbito intrafamiliar – relação entre pessoas que tenham laços afetivos, quanto no âmbito extrafamiliar – relação entre pessoas que não possuem parentesco (FLORENTINO, 2015)

Os professores não os tratam com diferença dos demais alunos. O aluno A1 todos os dias é encaminhado para a coordenação e está ameaçado de expulsão devido ao seu comportamento impiedoso e o alto número de confusões que se envolve. Por outro lado temos a aluna A2 que, apesar de seu pouco foco e sua sexualidade aflorada, não apresenta comportamento indisciplinado, portanto sua relação com os professores é tranquila.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos crescentes casos de abuso sexual em idade escolar, houve uma necessidade de falar sobre a atuação do professor diante destes casos, pois a escola tem um papel importante em sua prevenção e denúncia, contando que o aluno passa grande parte de seu tempo em tal ambiente.

A fundamentação teórica foi baseada em leitura de artigos, teses, dissertações e documentos norteadores da educação básica. Foram mostradas as consequências do abuso sexual na vida da vítima, citando dados estatísticos com o grande crescimento de notificações de violência sexual, além da importância da educação sexual para o aluno, também foi discutida a ausência de formação adequada para lidar com esses casos.

Conforme os registros dos questionários, foi possível perceber a ausência de preparação adequada para lidar com o abuso sexual e de programas escolares de informação e prevenção, automaticamente houve respostas despreparadas sobre qual a postura do professor diante das vítimas.

Ao realizar as observações, foi perceptível que o abuso deixa sequelas na vida da vítima a ficando com um comportamento diferente do que apresentava antes, mudando negativamente a pessoa.

Além desta problemática da formação dos professores essa temática, que já é tabu, está sendo proibida no contexto político atual.



Não é função deste trabalho culpar os professores, pois sabemos que em sua formação existem muitas lacunas para lidar com vários desafios do cotidiano escolar, uma delas seria a questão do enfrentamento do abuso sexual no contexto escolar. Então é proposta uma reflexão mais aprofundada para esta questão da formação de professores.

Portanto, é perceptível a necessidade de capacitação para um melhor auxílio dos docentes, aprendendo a identificar e lidar com mais clareza, assim podendo dar suporte à vítima, pois, sabendo que a maior parte dos casos ocorre dentro do contexto familiar, para alguns a escola é o único refúgio.



ABSTRACT

Currently, there is an increase in cases of sexual abuse shown by the media and, although not something new, its dissemination is greater at this time. Most of these cases occur at school age. Thus, the objectives of this paper are: the use of some legislation on the school-student relationship victim of sexual abuse; analyze the behavior of the victim of sexual abuse; verify teachers' attitude towards the victim of sexual abuse; to verify if there is any kind of prevention in the school environment, regarding sexual abuse. This research was conducted in bibliographic research from academic studies such as theses, articles, books, dissertations with emphasis on authors such as Freire (2016). Will be used as a source of data collection: documentary research, observation of behavior of victims of sexual abuse, which will be conducted in public and private schools and also application of questionnaires with a team of institutions of institutions. According to an analysis of the questionnaires, it was concluded that there is not adequate training for teachers dealing with sexual abuse cases and after observing some abuse and abuse situations that leave irreparable sequelae.

Keywords: Sexual abuse; Sex education; Teacher training.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular:** Educação Infantil e Ensino Fundamental. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, 2019. Brasília, DF, 1990.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases.** Lei nº 9.394. Brasília, DF, 1996

BRASIL, **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos,** 2018. Disponível em: <https://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/ouvidoria/balanco-disque-100>

BRASIL, **Ministério da Saúde,** 2018. Disponível em: <http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2018/junho/25/2018-024.pdf>



BRASIL, **Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução Aos Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília, DF, 1997.

BRINO, R. F. **Professores Como Agentes De Prevenção Do Abuso Sexual Infantil: Avaliação De Um Programa De Capacitação**. 2006. 278f. Dissertação de Pós-Graduação – Universidade Federal de São Carlos, Brasil, 2006.

BRINO, R. F.; WILLIAMS, L. C. A. **Concepções Da Professora Acerca Do Abuso Sexual Infantil**. 2003. 16f. Universidade Federal de São Carlos, Brasil, 2003.

CANTELMO, C. A. **A Relação de Proteção Entre Mãe E Filha No Contexto Do Abuso Sexual**. 2010. 204 f. Tese de Doutorado – Universidade de Brasília, Brasil, 2010.

FIGUEIRÓ, M.N. D. **O Professor Como Educador Sexual: Interligando Formação E Atuação Profissional**. In: RIBEIRO, P. R. M. *Sexualidade e educação: aproximações necessárias*. São Paulo: Arte e Ciência, 2004. p. 115-151.

FLORENTINO, B. R. B. **As possíveis consequências do abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes**. São João del-Rei-MG, v. 27, n. 2, p. 139-144, mai-ago. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/fractal/v27n2/1984-0292-fractal-27-2-0139>.

FREIRE, S. B. **Abuso Sexual Infantil: Sentidos Compartilhados Por Professores**. 2016. 231f. Dissertação de Pós-Graduação - Universidade Federal De Pernambuco, Brasil, 2016.

FURLANETTO, M. F. *et al.* **Educação Sexual Em Escolas Brasileiras: Revisão Sistemática Da Literatura**. 2018. 22f. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil, 2018.

KLEEMEIER, C.; WEBB, C.; HAZZARD, A. **Child Sexual Abuse Prevention: evaluation of a teacher training model**. *Child Abuse and Neglect*, Elmsford, n. 12, p. 555-561, 1988.

LIBORIO, R. M. C.; CAMARGO, L. S. **A Violência Sexual Contra Crianças E Adolescentes Na Perspectiva De Profissionais Da Educação Das Escolas Públicas Municipais De Presidente Prudente**. 2015. 17f. UNESP, Presidente Prudente-SP, p. 7. 2015.

LOURO, G. L. **Gênero, Sexualidade E Educação: Uma Perspectiva Pós-Estruturalista**. 11 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MASSARO, L. T. S. *et al.* **Estupros No Brasil E Relações Com O Consumo De Álcool: Estimativas Baseadas Em Autorrelato Sigiloso**. 2018. 10f. Universidade Federal de São Paulo, Brasil, p. 2, 2018.



ROMARO, R. A; CAPITÃO, C. G. **As faces da violência: aproximações, pesquisas, reflexões**. São Paulo: Vetor, 2007.

SHAFFER, David R. **Psicologia do Desenvolvimento: Infância e Adolescência**, São Paulo: Editora Pioneira Thomsom Learning, 2005.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Questionário apresentado à equipe docente das instituições A e B



Rua 05, nº 580, Cidade Jardim, CEP: 75080-730 – Anápolis-GO. Fone: (62) 3328-8900.
www.catolicadeanapolis.edu.br / e-mail: secretaria@catolicadeanapolis.edu.br

Acadêmico(a):	Naíssa Nátyla Marinho Gomes Xênia Cristina Venâncio Cardoso		
CPF:	704.303.851-02 031.128.861-86	RG:	6361760 6122305
TEL:	(62) - 99304-9440 (62) - 99515-7951		
Orientador:	Me. Renato Antônio Ribeiro		
Instituição:	Faculdade Católica de Anápolis.		
Título do Trabalho:	Formação Docente para possíveis casos de abuso sexual		
Objetivo:	Analisar a atuação do professor em casos de vítima de abuso sexual sofrido dentro e fora do ambiente escolar.		

Questionário

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário (a), de uma pesquisa. O objetivo deste questionário é analisar a atuação do professor em relação ao abuso sexual no ambiente escolar, sabendo se existe algum tipo de prevenção na instituição.

- | | | |
|---|---|---|
| <p>1- Gênero:</p> <p><input type="checkbox"/> M</p> <p><input type="checkbox"/> F</p> | <p>2- Qual a sua idade?</p> <p>a- <input type="checkbox"/> <20</p> <p>b- <input type="checkbox"/> 20 à 25</p> <p>c- <input type="checkbox"/> 26 à 30</p> <p>d- <input type="checkbox"/> >30</p> | <p>3- Escolaridade:</p> <p><input type="checkbox"/> Graduação</p> <p><input type="checkbox"/> Pós- Graduação</p> <p><input type="checkbox"/> Mestrado</p> <p><input type="checkbox"/> Doutorado</p> |
|---|---|---|

- 4- Você já lidou com algum caso de abuso sexual? Em caso afirmativo, relate essa experiência.
- Sim
- Não

- 5- Você conhece alguma legislação relacionada ao abuso sexual? Caso afirmativo, fale sobre elas.

- 6- Nos dias atuais é muito comum conviver com casos de abuso sexual dentro do ambiente escolar. Segundo esta afirmação responda:

- a) Na escola em que você trabalha existe algum tipo de orientação quanto ao abuso sexual?

- b) Qual é o papel da educação sexual neste contexto?



7- Em sua formação de docente existiu algum conteúdo relacionado à educação sexual?

8- Discuta como deve ser a postura do docente diante das vítimas de abuso sexual dentro e fora do contexto escolar.

9- Em sua opinião, quais são as maiores dificuldades/desafios para atuar e lidar com esses casos de abuso sexual no ambiente escolar?

APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



Rua 05, nº 580, Cidade Jardim, CEP: 75080-730 – Anápolis-GO. Fone: (62) 3328-8900.
www.catolicadeanapolis.edu.br / e-mail: secretaria@catolicadeanapolis.edu.br

Acadêmico(a):	Naissa Nátyla Marinho Gomes Xênia Cristina Venâncio Cardoso		
CPF:	704.303.851-02 031.128.861-86	RG:	6361760 6122305
TEL:	(62) 99304-9440 (62) 99515-7951		
Orientador:	Me. Renato Antônio Ribeiro		
Instituição:	Faculdade Católica de Anápolis.		
Título do Trabalho:	Formação docente para possíveis casos de abuso sexual		
Objetivo:	Analisar a atuação do professor em casos de abuso sexual sofridos dentro e fora do ambiente escolar.		

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário(a), de uma pesquisa. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do(a) pesquisador(a) responsável. Os dados fornecidos serão mantidos sob absoluto sigilo, mantendo a privacidade dos sujeitos envolvidos. Esclarecemos que não haverá nenhum tipo de pagamento ou gratificação financeira pela sua participação. Em caso de recusa, você não será penalizado(a) de forma alguma. Em caso de dúvida **sobre a pesquisa**, você poderá entrar em contato com o(a) acadêmico(a) responsável pela pesquisa. Em casos de dúvidas **sobre os seus direitos** como participante nesta pesquisa, você poderá entrar em contato com a Secretaria Geral da Faculdade Católica de Anápolis no telefone: **(62) 3328-8900** ou **pelos e-mails:** secretaria@catolicadeanapolis.edu.br / renatoantonio@catolicadeanapolis.edu.br.

Eu, _____, RG nº _____, CPF nº _____, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), concordo em participar do estudo descrito acima como sujeito e **AUTORIZO**, através do presente termo, o(a) Pesquisador(a) a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes. Ao mesmo tempo, libero a utilização destes depoimentos para fins científicos e de estudos, em favor do(a) pesquisador(a) da pesquisa, acima especificado. Fui devidamente informado e esclarecido pelo(a) pesquisador(a) sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem e que isto leve a qualquer penalidade.

Anápolis, ____ de _____ de 2019.

Assinatura do sujeito ou responsável: _____

Assinatura do(a) Acadêmico(a)/Pesquisador(a): _____



Kátia Cilene Camargo Silva
Coordenadora Curso de Pedagogia
Faculdade Católica de Anápolis

Profa. Ma. Kátia Cilene Camargo Silva
Coordenação do Curso



Prof. Renato A. Ribeiro
Msc. Educação Linguagem
e Tecnologias

Prof. Me. Renato Antônio Ribeiro
Professor Orientador